
ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

RPPS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
ATA Nº 117 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE MAIO/2015

ATA 117

AOS DEZ DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E QUINZE NA SEDE DO RPPS, SITUADO NA RUA JUVENAL MARCONDES ZANARDINI Nº02, REUNIRAM-SE O CONSELHO ADMINISTRATIVO E FISCAL: EVANDRO PACHECO DOS SANTOS, VANDA VALÉRIA PONJIALESKI, ANA MARIA LOURENÇO, ROSANI PACHECO GUTSTEIN, ELENICE MARILEI DOS SANTOS, LUCÉLIA DA LUZ FERNANDES, ANTONIO JOSÉ PASSONI, MARIA CRISTINA SCHEIDT, SÉRGIO RODRIGUES, MARCOS AURÉLIO STALL, JOANA ZAGOBINSKI DE FREITAS, SIMONE FOLLADOR, ELIZABETE FREITAS DE JESUS, JOSÉ CARLOS SCHEIDT. CONTAMOS COM A PARTICIPAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS ANAGAÍS CELÍCIA BAGDINSKI, JAQUELINE BASNIAK CONRADO, ROBERTA DE OLIVEIRA BRECAILO, DO CONTADOR LUIS AURÉLIO TERCHEINSKI, DA ADVOGADA MARINA BROSTULIN VIDA E DO VEREADOR PASTOR ANSELMO, SOB A PRESIDÊNCIA DO SENHOR LUIZ CARLOS DE CARVALHO. O PRESIDENTE RESSALTA QUE ESSA REUNIÃO É DA COMPETÊNCIA ABRIL DE 2015 (RELATIVA AO DIA 27/05/2015), QUE NÃO OCORREU EM VIRTUDE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA, REALIZADA NA CÂMARA DE VEREADORES PELO MOTIVO DA CRIAÇÃO DO OBSERVATÓRIO SOCIAL, QUE TERIA A PRESENÇA DO PROMOTOR, DOS VEREADORES, E COMO O PASTOR ANSELMO ESTÁ PARTICIPANDO DAS REUNIÕES DO RPPS, O PRESIDENTE ACHOU POR BEM ADIAR A REUNIÃO ORDINÁRIA. COM RELAÇÃO A ATA DA REUNIÃO ANTERIOR NENHUM CONSELHEIRO SE MANIFESTOU CONTRÁRIO, PORTANTO FICA APROVADA. NO FECHAMENTO DO MÊS DE ABRIL A FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS SOMAM 202 APOSENTADORIAS (R\$ 473.581,84) E 48 PENSÕES (R\$ 58.983,75), TOTALIZANDO 250 BENEFICIÁRIOS (R\$ 532.565,59). A FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS DE ABRIL: 37 AUXÍLIO-DOENÇA – R\$ 69.370,59, 6 SALÁRIO MATERNIDADE – R\$ 8.578,06, 66 SALÁRIO FAMÍLIA – R\$ 2.323,32, TOTALIZANDO R\$ 80.271,97. COMENTA QUE O VALOR PAGO EM BENEFÍCIOS É BASTANTE ALTO, PROPORCIONALMENTE AO QUE PAGAMOS, AFIRMA O PRESIDENTE QUE QUANDO INSERIU AS INFORMAÇÕES NO SITE DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA, O DIPR (DEMONSTRATIVOS DAS INFORMAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E REPASSES) VEIO UMA NOTIFICAÇÃO DE IRREGULARIDADE NO SITE DA PREVIDÊNCIA: A REGRA DE BATIMENTO NÚMERO OITO, E O GESTOR DEVERÁ PREENCHER UMA PLANILHA E DISCRIMINAR OS VALORES PARA O MINISTÉRIO, ENTÃO ENVIAR E REGULARIZAR O VALOR ELEVADO. APRESENTA AS DESPESAS ADMINISTRATIVAS, AS QUAIS SEGUEM PARA TODOS OS CONSELHEIROS VIA EMAIL, TOTALIZANDO R\$ 36.609,69. A BASE DE DADOS QUE HOJE SE ENCONTRA NA PREFEITURA SERÁ TRAZIDA PARA O RPPS. EM RELAÇÃO AOS GASTOS ADMINISTRATIVOS, ESTÁ DENTRO DO PLANEJADO MENSALMENTE, COM UMA ECONOMIA DE R\$ 7000.00 ABAIXO DA MÉDIA PREVISTA. O REPASSE DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO FOI DE R\$ 40.714,54 EM 10/04/15 O QUE EQUIVALE 1/12 AVOS. ESSE É O 3º REPASSE DE 2015, O QUE CHEGARÁ EM DEZEMBRO E FECHARÁ OS PAGAMENTOS.

REPASSE R\$ 81.429,08 EM 13/05/15 EQUIVALE 2/12 AVOS E O 4º REPASSE DE 2015 (02 PARCELAS). COM AS SOBRES DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS OS CONSELHEIROS, ALMEJAM ADQUIRIR UM IMÓVEL. O PRESIDENTE REPASSA OS COMPROVANTES BANCÁRIOS REFERENTES ÀS TRANFERÊNCIAS. NO QUE TANGE A REVISÃO DO PARCELAMENTO, FOI REALIZADO A RETIFICAÇÃO DA LEI N.º 3.835 DE 31/12/2014, QUE RESULTOU NA LEI N.º 3.864 DE 26/03/2015, APÓS FOI EFETUADO O CARREGAMENTO DOS DADOS DO LEVANTAMENTO DESSES VALORES NO SISTEMA CADPREV, DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA, ONDE O PRÓPRIO SISTEMA CALCULA OS VALORES DAS PARCELAS, JUROS, MULTA, ETC. ENVIADO ENTÃO NO DIA 07 DE ABRIL, ESSE TERMOS ESTÃO DESDE ENTÃO, COM STATUS 'AGUARDANDO ANÁLISE', EM CONTATO COM OS FUNCIONÁRIOS EM BRASÍLIA TIVEMOS A RESPOSTA DE QUE SÃO MUITOS OS PROCESSOS E POUCOS FUNCIONÁRIOS, ENTÃO A RECOMENDAÇÃO DADA POR ESSA FUNCIONÁRIA DA PREVIDÊNCIA, SERIA COMUNICAR O PREFEITO, PARA EFETUAR O PAGAMENTO DO NOVO TERMO, E INFORMAR NO DIPR, AGUARDAR A APROVAÇÃO DO TERMO 01096/2014. SE TIVER ALGUM AJUSTE FINANCEIRO, O MINISTERIO COMUNICA. O CONSELHEIRO ANTONIO JOSÉ PASSONI AFIRMA QUE, EM CONVERSA COM O SENHOR PREFEITO, FIRMOU QUE EM CASO DE ACRÉSCIMOS O MESMO DEVERÁ RECOLHER ESSA DIFERENÇA. QUANTO AO RECOLHIMENTO DO PARCELAMENTO COMPETÊNCIA ABRIL / 2015 PARCELAMENTO DA DÍVIDA PARCELA 001/240 – R\$ 95.323,52 (30/04/15) ESTÁ ADIMPLENTE. TINHAMOS EXPECTATIVA QUE NO MÊS DE ABRIL O TERMO JÁ FOSSE APROVADO, PORÉM O PREFEITO ESTÁ CIENTE DA POSSIBILIDADE DE ACRÉSCIMOS. TIVEMOS O ENCERRAMENTO DO RECOLHIMENTO DOS PARCELAMENTOS DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE 2013 DA PARCELA 20/20 – R\$ 63.411,48 (24/04/15). EM ABRIL ACONTECEU O RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES DA COMPETÊNCIA DE MARÇO DE 2015, PARTE PATRONAL R\$ 249.439,13 (BASE DE CÁLCULO * 15,36%), DEDUÇÕES: AUXÍLIO-DOENÇA R\$ 61.085,33; LICENÇA GESTANTE R\$ 10.035,94; SALÁRIO FAMÍLIA R\$ 2.316,58, TOTALIZANDO R\$ 73.437,85 EM DEDUÇÕES. O PRESIDENTE SOLICITA UMA ATENÇÃO ESPECIAL, NA QUESTÃO, NO QUE DIZ RESPEITO A PARTE PATRONAL, 15,36 % E NA PARTE DO SERVIDOR, 11% POIS OS 11%, DEVIDO AS DEDUÇÕES, REPRESENTA UM VALOR MAIOR. O PASTOR ANSELMO PERGUNTA: 'COMO PODE ISSO?' O PRESIDENTE ESCLARECE, PORQUE AS DEDUÇÕES ESTÃO ABSORVENDO O 11%. HOJE REPRESENTA MENOS QUE A ALÍQUOTA DO ENTE. OS LANÇAMENTOS ESTÃO TODOS EM DIA, RECOLHIDO A PARTE PATRONAL E NO MESMO MÊS JÁ FOI CONSIGNADO, AFIRMA O CONTADOR LUIS, POIS AS RECEITAS DEVEM SER LANÇADAS NO MOMENTO DA ARRECADAÇÃO, E AS DESPESAS NO MÊS DA FOLHA DE PAGAMENTO. OS RECOLHIMENTOS DA CÂMARA ESTÃO EM DIA, DO RPPS TAMBÉM. OUTRO PEDIDO DO PRESIDENTE PARA REFLEXÃO É COM RELAÇÃO AOS 11% E A ALÍQUOTA DE CONTRIBUIÇÃO. ENVIADO LAYOUTS RELATIVOS AOS FUNCIONÁRIOS DA CAMARA, PREFEITURA E O RPPS PARA OS GESTORES PREENCHEREM, E POSTERIORMENTE SERÁ ENVIADO PARA O ATUÁRIO REALIZAR O CÁLCULO DE 2015, ONDE SERÃO DEFINIDAS AS ALÍQUOTAS DE CONTRIBUIÇÃO E O DÉFICIT. O APORTE PODERÁ SER A DAÇÃO DE BENS IMÓVEIS OU EFETIVO, COMO JÁ É DE CONCENSO DOS CONSELHEIROS QUE PARA ESSE ANO, SERÁ EM DINHEIRO E NÃO EM IMÓVEIS. COM RELAÇÃO AO CÁLCULO ATUARIAL, O PRESIDENTE MOSTRA A TABELA, O PLANO DE AMORTIZAÇÃO QUE ESTÁ EM VIGÊNCIA, O VALOR E QUANDO FOR REALIZADO A

NOVA AVALIAÇÃO ATUARIAL, PARA ESSE ANO, O CÁLCULO SERÁ BEM MAIOR, AFIRMA O PRESIDENTE, E COMPARTILHA QUE RECEBEMOS UMA NOTIFICAÇÃO DE IRREGULARIDADE ATUARIAL N.º 002/2015 RELATIVA À TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT. FOI O PRIMEIRO ANO QUE O PREFEITO RECOLHEU A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO SEPARADA DA ALÍQUOTA, PAGOU O 15,36% ERA SÓ CONTRIBUIÇÃO, E O 2% PAGOU SEPARADO NO FINAL DO ANO. O PRESIDENTE INFORMOU QUE PROCUROU A LEI QUE TRATAVA SOBRE A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DE 2% E ENVIOU A BRASÍLIA. OS EXTRATOS PREVIDENCIÁRIOS ANALISADOS PELO MINISTÉRIO, SOMENTE O ITEM EQUILÍBRIO FINANCEIRO ATUARIAL ESTÁ COM RESTRIÇÃO, MAIS JÁ COM AS DEVIDAS PROVIDÊNCIAS ENCAMINHADAS. O MINISTÉRIO SOLICITOU A IMPLEMENTAÇÃO DO PAGAMENTO DO DÉFICIT POR MEIO DE LEI, RETIFICAÇÃO DECRETO APORTE 2014 E OS DECRETOS FORAM ENVIADOS. O CRPS CONTINUA EM VIGÊNCIA ATÉ AGOSTO DE 2015. É IMPORTANTE SABER SOBRE O CÁLCULO ATUARIAL, DESPACHO DE ATUÁRIA N.º 0302/2015, IMPLEMENTAÇÃO EM LEI/DECRETO PLANO DE AMORTIZAÇÃO, DECRETO N.º 9673 DE 19/05/2015 (RETIFICA N.º 9192/14) – SEGUE A PLANILHA EM ANEXO. O PRESIDENTE, POR MEIO DESTA TABELA, CHAMA A ATENÇÃO DOS CONSELHEIROS PARA OS DADOS. A CONSELHEIRA ELISABETE FREITAS DE JESUS RELACIONA ATIVOS E INATIVOS, QUE O NÚMERO DE APOSENTADOS ESTÁ AUMENTANDO CONSIDERAVELMENTE. COM ESSES DADOS O PRESIDENTE ESPLANA ENQUANTO GESTOR DE PREVIDÊNCIA O NÚMERO DE PESSOAS EM TRATAMENTO DE SAÚDE É PREOCUPANTE. OS CONSELHEIROS, EM DEBATE, ACREDITAM QUE SEJA DISCUTIDO COM A ADMINISTRAÇÃO SOBRE ESSE QUESITO DAS LICENÇAS, OFICIAR SOBRE O NÚMERO ELEVADO, QUE, ENTÃO CABERIA MUITO BEM AO ENTE DESENVOLVER UM PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE DOENÇAS, CIPA, ETC. POIS O ENTE ARCARÁ COM CUSTOS MAIORES FUTURAMENTE. O CONSELHEIRO ANTONIO JOSE PASSONI ENQUANTO CONSELHEIRO FISCAL SENTE-SE PREOCUPADO QUANTO AO REPASSE DO DEFICIT ATUARIAL, POR ISSO GOSTARIA QUE FOSSE SOLICITADO A PRESENÇA DO ATUÁRIO PARA PALESTRAR E EXPLICAR AOS CONSELHEIROS SOBRE O PROCESSO DO CÁLCULO E AINDA MAIS, CONFRONTAR O ATUÁRIO DO ENTE COM O DO INSTITUTO. O CONSELHEIRO ANTONIO JOSÉ PASSONI TAMBÉM LEMBRA QUE SERIA IMPORTANTE UM REPRESENTANTE DO ENTE PARTICIPAR DAS REUNIÕES PARA ESTAR A PAR DA SITUAÇÃO, ENTENDER DA DINÂMICA DO REGIME PRÓPRIO, BUSCAR INFORMAÇÕES, ASSIM COMO O PASTOR ANSELMO REPRESENTANTE DA CÂMARA PARTICIPA. O QUE FICOU DEFINIDO APÓS DIVERSAS CONSIDERAÇÕES DOS CONSELHEIROS. A CONSELHEIRA SIMONE REFORÇA QUE A PREOCUPAÇÃO DEVE SER DO ENTE, A FONTE PAGADORA, QUE DEVERIA TER A MESMA VISÃO DO CONSELHO, POIS A ALÍQUOTA ESTÁ AUMENTANDO. O PRESIDENTE REPARTE A PREOCUPAÇÃO QUE O SISTEMA É COMPLEXO E EXIGE MUITA GESTÃO. A ASSISTENTE SOCIAL ROBERTA BRECAILO SOLICITA A PALAVRA, E AFIRMA COM RELAÇÃO AO AUXÍLIO DOENÇA, QUE CABERIA A ADMINISTRAÇÃO UM PLANO GESTOR PARA A SAÚDE DO TRABALHADOR, UM PLANO DE PREVENÇÃO, QUE O REGIME ATENDE OS BENEFICIÁRIOS INATIVOS. UM PROBLEMA LATENTE, AINDA OBSERVA QUE O NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS EM LICENÇA A TRATAMENTO DE SAÚDE É CRESCENTE. O PRESIDENTE COMENTA QUE ANTES DA EMENDA 41 DO ANO DE 2003 A

PRERROGATIVA ERA QUE OS BENEFICIÁRIOS, TEM COMO BASE A ÚLTIMA REMUNERAÇÃO E A PARIDADE, E APÓS A EMENDA, QUE HOJE É REGRA PERMANENTE, OS BENEFICIÁRIOS TERÃO DIREITO A MÉDIA CONTRIBUTIVA, PORÉM O EFEITO SOMENTE MAIS TARDE SERÁ ELUCIDADO. O PRESIDENTE EXPÕE QUE A PRIMEIRA AVALIAÇÃO ATUARIAL, FOI REALIZADA NO ANO DE 1999, E O REGIME FOI CRIADO EM 28 DE MARÇO DE 1994, QUE COMEÇOU A CONTRIBUIÇÃO, SEM UMA ANÁLISE TÉCNICA, SEM CUNHO CIENTÍFICO, ERA NECESSÁRIO LEVANTAR DADOS, TAIS COMO, NÚMERO DE SERVIDORES, IDADE MÉDIA, QUANTOS ESTAVAM EM VIAS DE APOSENTADORIA, QUAIS OS SERVIDORES QUE TEM UM TEMPO MAIS LONGO DE PERMANÊNCIA NO TRABALHO. ESTE ESTUDO NÃO FOI FEITO, FOI CRIADO O REGIME E FICOU CINCO ANOS PARA A OCORRER A PRIMEIRA AVALIAÇÃO. OUTRO AGRAVANTE QUE OCORREU NO PASSADO, FOI A AUSÊNCIA DOS RECOLHIMENTOS E SAQUES INDEVIDOS, O PRESIDENTE É INFLEXIVO E QUESTIONA ONDE ESTAVA O CONSELHO ADMINISTRATIVO E FISCAL NESTE MOMENTO. DIANTE DE TODOS ESSES FATOS O PRESIDENTE REFORÇA QUE ESTA GESTÃO É TRANSPARENTE E QUE OS CÁLCULOS ATUARIAIS ENCONTRAM-SE NO ARQUIVO, PODENDO SER CONSULTADO POR TODOS. O ASSUNTO ENTRA EM DISCUSSÃO SOBRE A PRESENÇA DOS ATUÁRIOS, FICANDO DEFINIDO, QUE APÓS SEREM REALIZADOS OS CÁLCULOS, TANTO PELOS ATUÁRIOS DO INSTITUTO COMO DO ENTE, ESTES SERÃO CONFRONTADOS PELO CONSELHO EM REUNIÃO. O CONSELHEIRO ANTONIO JOSÉ PASSONI AFIRMA QUE CONVOCARÁ O SEU CONSELHO FISCAL PARA UMA REUNIÃO A PARTE, POIS PRECISAM DISCUTIR DIVERSOS ASSUNTOS, E UM DELES SERIA O NÃO CRESCIMENTO DO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS ATIVOS DA PREFEITURA. NOTA-SE QUE O QUADRO DE APOSENTADOS ESTÁ CRESCENDO E A PREFEITURA DEVE AUMENTAR O QUADRO DE FUNCIONÁRIOS PARA SUPRIR E PAGAR O DEFICIT ATUARIAL. A CONSELHEIRA SIMONE FOLLADOR REFORÇA QUE É IMPORTANTE A PRESENÇA DOS ATUÁRIOS PARA EXPLICAR OS CÁLCULOS E NÃO PALESTRAR. O PRESIDENTE, AINDA SOBRE O CÁLCULO ATUARIAL, ACREDITA SER IMPORTANTE SABER ALGUNS DADOS DO CÁLCULO, QUAL É O VALOR DA ALÍQUOTA, O VALOR DO APORTE, QUANTIDADE DE PESSOAS EM VIAS DE SE APOSENTAR, DE QUE MANEIRA PODE SER REVERTIDO ISSO, SE DE REPENTE A PREFEITURA NÃO PODERIA ASSUMIR O PAGAMENTO DESSE PESSOAL E ABATER DO DEFICIT. A CONSELHEIRA VANDA VALÉRIA PONIJALESKI SOLICITA QUE AGUARDEMOS QUE O CÁLCULO ESTEJA PRONTO PARA QUE POSSA SER QUESTIONADO E CONFRONTADO, CASO SURJAM DÚVIDAS. O PRESIDENTE COMPARTILHA COM TODOS QUE AS CONTAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DO ANO DE DOIS MIL E DOZE DO EX-PREFEITO SOFRERAM UMA MULTA DO TRIBUNAL DE CONTAS POR NÃO TER SIDO FEITO UM APORTE DO TOTAL DO DEFICIT ATUARIAL. ELE FEZ O PAGAMENTO REFERENTE A DOZE PARCELAS, QUANDO O CORRETO SERIAM TREZE PARCELAS, ONDE A DÉCIMA SEGUNDA ENVOLVE O MÊS DE DEZEMBRO E O DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO, QUE HOVE AUSÊNCIA DO REPASSE DO CUSTO SUPLEMENTAR DESSE. NA SEQUÊNCIA, OBSERVOU COMO ESTAVA NESTA GESTÃO, VERIFICOU QUE NO ANO DE DOIS MIL E QUATORZE O VALOR DO DEFICIT ERA DE SETECENTOS E CINQUENTA E OITO MIL REAIS, E O INSTITUTO RECEBEU SETECENTOS E CINQUENTA MIL E QUINHENTOS REAIS EM DINHEIRO E O RESTANTE FECHANDO O VALOR DO PLANO. DESCOBRIU QUE NO

ATUAL PLANO DE AMORTIZAÇÃO, CONCRETIZADO NO CÁLCULO ATUARIAL, DIZIA QUE PARA O ANO DE DOIS MIL E TREZE O VALOR DEVERIA SER DE UM MILHÃO, TREZENTOS E QUINZE MIL, DUZENTOS E OITENTA E OITO REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS E O ENTE RECOLHEU UM MILHÃO, DUZENTOS E OITENTA E CINCO MIL, SETECENTOS E QUINZE REAIS E OITENTA E OITO CENTAVOS, UMA DISCREPÂNCIA DE VINTE E NOVE MIL, QUINHENTOS E SETENTA E TRÊS REAIS. FOI FEITO UM OFÍCIO SOLICITANDO AO ENTE A CORREÇÃO DESTE VALOR. MOSTROU AOS CONSELHEIROS TODOS OS DOCUMENTOS ENVIADOS. NÃO HOUVE A COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DEVIDO A AUSÊNCIA DA CND (CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS) POR CONTA DA DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E TRIBUTOS DE CRÉDITOS, PORÉM O INSTITUTO NÃO PRECISA DECLARAR, POIS NÃO TEM CRÉDITOS A COMPENSAR NA RECEITA FEDERAL. ACONTECE QUE ANTES DE TER UM CONTADOR FOI DEIXADO EM ABERTO, EM UM DETERMINADO MOMENTO O PRESIDENTE ACABOU MANDANDO MESMO ZERADA, NADA A RECEBER E NADA A PAGAR, EM PESQUISA COM O CONTADOR LUIS, NO ANO DE DOIS MIL E TREZE, QUEM TIVESSE A DCTF ZERADA NÃO PRECISARIA ENVIAR. EM TESE O INSTITUTO NÃO PRECISARIA MANDAR, E PELO FATO DE TER ENVIADO, GEROU MULTA, MAIS A MESMA HORA FOI EXTORNADA E NÃO HOUVE NECESSIDADE DO PAGAMENTO, DIANTE DISSO NÃO CONSEGUIMOS A CND. O CONTADOR JUNTOU TODOS OS DOCUMENTOS E PROTOCOLOU NA RECEITA FEDERAL PARA QUE POSSAMOS ADQUIRÍ-LA. SALDO FINANCEIRO FEVEREIRO 2015 - R\$ 34.274.628,58, MARÇO 2015 - R\$ 34.413.607,03, ABRIL 2015 - R\$ 34.975.941,94. NA SEQUÊNCIA, APRESENTA OS INVESTIMENTOS FINANCEIROS, A DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA AO CONSELHO. O PRESIDENTE SOLICITA A VOTAÇÃO DO CONSELHO PARA REAVALIAÇÃO DOS IMÓVEIS DO RPPS, COM VALOR DE MERCADO, O CONSELHO APROVA MEDIANTE A COTAÇÃO EM TRÊS IMOBILIÁRIAS CERTIFICADAS. COM RELAÇÃO AO CREDENCIAMENTO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, O PRESIDENTE SOLICITA À TESOUREIRA QUE ASSUMA ESSA FUNÇÃO, A TESOUREIRA CONSELHEIRA SIMONE FOLLADOR CONFIRMA QUE É POSSÍVEL. A CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EM MARÇO DE 2015: JANETE PUCHALSKI BREUS - APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – PORTARIA N.º 304 DE 29/04/2015. PERÍCIA MÉDICA SERVIDORES LICENÇA FEVEREIRO/15 – 18 (R\$ 33.097,97) SERVIDORES LICENÇA MARÇO/15 – 33 (R\$ 61.085,33) ,SERVIDORES LICENÇA ABRIL/15 – 37 (R\$ 69.370,59). PARTICIPARAM NO CURSO PREPARATÓRIO CPA 10 NA APEPREV EM 05, 06 E 07 MAIO DAS 8:30 AS 17:30 HORAS, OS CONSELHEIROS ANTONIO JOSÉ PASSONI, JOSÉ CARLOS SCHEIDT E MARCOS AURÉLIO STALL. O PRESIDENTE SOLICITA UMA AUDITORIA PREVENTIVA, COMO ESTÁ A ATUAL GESTÃO EM ENCERRAMENTO DE MANDATO, O CONSELHO APROVA A ABERTURA DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO. O PASTOR ANSELMO PARABENIZA O ATUAL CONSELHO E O GESTOR PELA TRANSPARÊNCIA, DEIXANDO NÍTIDA A HONESTIDADE E A BRILHANTE GESTÃO. O PRESIDENTE REPASSA TODOS OS EXTRATOS, GUIAS, COMPROVANTES, ENFIM, TODOS OS DOCUMENTOS, NA SEQUÊNCIA GOSTARIA QUE O CONSELHO FISCAL, REGISTRASSE EM ATAS SUAS REUNIÕES, ONDE REALMENTE CONSTE A AVALIAÇÃO DESTE CONSELHO A CERCA DOS DOCUMENTOS ANALISADOS. O CONSELHEIRO ANTONIO JOSÉ PASSONI, REPRESENTANTE DO CONSELHO FISCAL, CONFIRMA E ASSUME O COMPROMISSO DESSE

PEDIDO. PARTICIPARAM NO 9º SEMINÁRIO PARANAENSE, NA APEPREV, NOS DIAS 25 E 26 MAIO, AS CONSELHEIRAS VANDA VALERIA PONIJALESKI, ROSANI PACHECO GUTSTEIN E A ADVOGADA MARINA BRUSTOLIN VIDA. A CONSELHEIRA VANDA COMENTA QUE O EVENTO FOI MUITO DIVERSIFICADO, COM EXCELENTES PALESTRAS NA PARTE DE INVESTIMENTOS, CONHECIMENTO DE NOVOS PRODUTOS NO MERCADO, UM DOS TEMAS FOI A CAPACITAÇÃO DOS CONSELHEIROS DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS, CONHECENDO AS JANELAS DE OPORTUNIDADES, ESTAR EM CONSTANTE APRENDIZADO, INVESTINDO EM CAPACITAÇÃO, POIS DAQUI PARA A FRENTE OS INSTITUTOS SERÃO AVALIADOS E CERTIFICADOS COM UMA SÉRIE DE CRITÉRIOS, CERTIFICANDO ASSIM O MUNICÍPIO. NAS PALESTRAS, NOVAS LEIS DE APOSENTADORIA E PENSÕES FORAM APRESENTADAS. NO CONTEXTO GERAL FOI MUITO PROVEITOSO. O CONHECIMENTO APREENDIDO NAS REUNIÕES ORDINÁRIAS ESTÃO SENDO O SUFICIENTE PARA ENCARAR OUTRAS PALESTRAS, TERMINA A CONSELHEIRA VANDA VALÉRIA PONIJALESKI. A CONSELHEIRA ELENICE MARILEI DOS SANTOS COMENTA SOBRE A AUDIÊNCIA PÚBLICA, ONDE FOI FAZER A APRESENTAÇÃO. DESABAFU QUE FICOU BASTANTE DECEPCIONADA COM A PARTICIPAÇÃO, PRINCIPALMENTE DOS VEREADORES. O PASTOR ANSELMO EXPLICA QUE ESTAVA EM VIAGEM, E QUE O VEREADOR ELIEZER FOI SEU SUBSTITUTO. COMENTA QUE TRANSCORREU TUDO BEM, SÓ QUESTIONARAM O AUMENTO DO NÚMERO DE LICENCIADOS. COMPARTILHA QUE OS QUE MAIS POLEMIZAM NÃO COMPARECERAM PARA OS ESCLARECIMENTOS E O APRENDIZADO. A DR. MARINA EXPÕE SOBRE AS ALTERAÇÕES EFETUADAS NA LEI. CALENDÁRIO REUNIÕES 2º TRIMESTRE – 2015 SERÁ NO DIA 24 JUNHO COM A ASSESSORIA DE INVESTIMENTOS. RESSALTAMOS QUE FAZ PARTE DA PRESENTE ATA DIVERSOS ANEXOS CONTENDO INFORMAÇÕES SOBRE PAGAMENTOS DE BENEFÍCIOS, RECOLHIMENTOS DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, RECOLHIMENTOS DE PARCELAMENTOS, DESPESAS ADMINISTRATIVAS E INFORMAÇÕES DIVERSAS DO INTERESSE DA AUTARQUIA MUNICIPAL. TODOS ESSES ANEXOS ENCONTRAM-SE A DISPOSIÇÃO PARA EVENTUAL CONSULTA NOS ARQUIVOS DA SEDE DO RPPS. SEM MAIS NADA A TRATAR, DÁ-SE POR ENCERRADA ESTA REUNIÃO E SEGUE ASSINADA PELOS PRESENTES.

Publicado por:

Jaqueline Basniak Conrado

Código Identificador:DFB6E63B

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 24/06/2015. Edição 0776

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>